



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JOÃO VICTOR DA SILVA SOUZA

O CURSO NORMAL DE ANGICOS (1951-1971)

ANGICOS

2025

JOÃO VICTOR DA SILVA SOUZA

O CURSO NORMAL DE ANGICOS (1951-1971)

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do
Semi-Árido como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Profa. Dra. Franselma Fernandes de
Figueirêdo

ANGICOS

2025

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

S719c Souza, João Victor da Silva.
O Curso Normal de Angicos (1951-1971) / João
Victor da Silva Souza. - 2025.
58 f. : il.

Orientadora: Franselma Fernandes de Figueirêdo.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Pedagogia, 2025.

1. curso normal de Angicos. 2. formação de
professores. 3. práticas pedagógicas. 4. história
da educação. I. Figueirêdo, Franselma Fernandes
de, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Angicos
Bibliotecário: Helder Romero Maia Duarte
CRB: 15/673

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

JOÃO VICTOR DA SILVA SOUZA

O CURSO NORMAL DE ANGICOS (1951-1971)

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Defendida em: 09 /12 /2025.

BANCA EXAMINADORA

Franselma Fernandes de Figueirêdo, Profa. Dra. (UFERSA)
Presidente

Juliana da Rocha e Silva, Profa. Dra. (UFERSA)
Membro Examinadora

Ana Maria Pereira Aires, Profa. Dra. (UFERSA)
Membro Examinadora

*A memória de Carlos Guilherme
de Lima, meu fiel amigo-avô,
quem primeiro me ensinou sobre
história e memória...*

AGRADECIMENTOS

A Deus, Senhor de todas as coisas, que tendo para Si toda a Majestade, se encarnou em Jesus Cristo, Seu Filho e Nosso Salvador, que inda hoje opera por seu Santo Espírito, Aquele que, pela ação de graças se encarna no Pão da Vida e no Cálice da Salvação.

A Carlos Lima (*In memorian*), meu tio-avô-menino, que tantas vezes foi diácono de nossa família, e guardou consigo a criancice de tempos passados, a quem devo a minha formação.

A minha mãe, Claudete Lima, cuidado de Deus para mim e meus irmãos. Ao meu pai, Eider Souza, protetivo-colaborador e comentador deste texto. Eles, abrindo mão de sua juventude, se coroaram de pratas, e tiveram prazer em se gastar para que eu pudesse ter tudo quanto me fosse necessário. A mana-Amanda, minha irmã-gêmea, de sangue e de almas. A mano-Arthur, menino-homem, que é a força e robustez de nossa família.

A Profa. Dra. Franselma Figueirêdo, que despindo-se dos títulos e que para além da docência, se constituiu minha amiga, a quem tanto devo pela inserção no universo da pesquisa. A Profa. Dra. Juliana Rocha, igualmente amiga, companheira de lágrimas, de fardos e ansiedades da vida, porto e segurança a quem se chega. A Profa. Dra. Ana Aires, amiga e ajudadora, em quem agradeço a todos os professores e professoras que cruzaram esse meu *quefazer* acadêmico.

Ao querido Memorial Paulo Freire, lugar de encantamento, inspiração e autonomia, casa dos inéditos-viáveis, recanto da incompletude e templo da esperança, onde tanto sonhei com Claudia e Ritta, passarinhos que, me inspiraram a alçar voos mais altos, mesmo contra as possibilidades.

As pessoas queridas do Núcleo de Estudos Freirianos, que se ombrearam e conosco sonharam em tantas bonitezas que hoje vemos.

A J. T., com quem divido o fio invisível da união, que valsando no bailar de nossas vidas, produz uníssonos acordes de saudade.

Ao Educlín, sacrário de amizade, união e da ciência, grupo que me fez pesquisador. A Profa. Dra. Elaine Luciana Sobral Dantas, pessoa-amiga e acolhedora, que encantou tantos de nós, e nos motivou no mundo da pesquisa.

A aqueles cujas vidas cruzaram a minha, meus fiéis amigos, com quem tantas vezes partilhei dores, sofrimentos, amores e lágrimas: Andreza Nascimento e Pedro Heuller, a Bruno Oliveira, Jefferson Cabral, Jucilene Monteiro, Letícia Oliveira, Luís Felipe – Lula, Maria Claudia, Maria Ritta, Talita Lima, Thais Lopes, Uelkle Dantas.

A UFRSA e seus funcionários, sejam terceirizados ou públicos, que se esforçam para manutenção da qualidade da instituição.

Aos cidadãos angicanos que comigo partilharam a cidade, pelo que honrosamente cito: Maria Janina de Souza e Silva, Mirian Cristina Cezario e Pedro Rafael de Souza.

As tantas mãos colaboradoras de pessoas queridas que me auxiliaram a compor este trabalho.

As queridas normalistas Maria das Chagas Pereira - dona Mascote, Marly Paulino de Medeiros, Lucimar Jales, Geralda Barros, que cederam parte do seu acervo pessoal, histórico e memorialístico para construção deste trabalho.

Aos tantos e tantas que já se foram, e que se eternizaram em mim.

Arremato esse agradecimento, novamente invocando ao Senhor Deus que se compadeceu de mim, e se encarnou nos meus amigos. Ao meu sexteto querido, em quem vejo o cuidado do Senhor, família que a UFRSA uniu, e que resistiu por todos esses anos, apesar das divergências, diferenças e especificidades. Amigos, aprendi com vocês a inteireza do amor, quando decidimos permanecer.

Carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a memória, às vezes difusa, às vezes nítida, clara, de ruas da infância, da adolescência; a lembrança de algo distante que, de repente, se destaca límpido diante de nós, em nós, um gesto tímido, a mão que se apertou, o sorriso que se perdeu num tempo de incompreensões, uma frase, uma pura frase possivelmente olvidada por quem a disse. Uma palavra por tanto tempo ensaiada e jamais dita, afogada sempre na inibição, por medo de ser recusado que, implicando a falta de confiança em nós mesmos, significa também a negação do risco (Paulo Freire).

RESUMO

As Escolas Normais, no Brasil, foram criadas com o objetivo de ampliar a formação de professores, o que por sua vez implicaria na redução do número de mestres-leigos nos espaços escolares, especialmente na educação primária. O Rio Grande do Norte, que por um longo período contava apenas com duas escolas normais, em Natal e Mossoró, foi contemplado, através da Lei Estadual n.º 621, de 06 de dezembro de 1951, com 14 espaços formativos, chamados inicialmente de Cursos Normais Regionais, dentre elas, o da cidade de Angicos, objeto de estudo dessa investigação. Desta forma, nosso objetivo consiste em inscrever e analisar, no contexto educacional e cultural, a história do Curso Normal de Angicos, através dos marcos legais e do acervo documental ainda existente.. Para alcançarmos esses objetivos, realizamos uma análise documental (Gil, 2008), na documentação disponível na instituição. Ao analisarmos, nos ancoramos nas discussões e postulados de Magalhães (2004), acerca das instituições educativas e formativas e de seus impactos na sociedade. Ao longo do processo historiográfico sobre o Curso Normal de Angicos e a sua existência, pudemos observar reminiscências de uma instituição pautada na perspectiva de avanço da educação e combate ao analfabetismo na região, através de turmas mistas onde, no tempo prescrito, diplomar-se-iam os estudantes, tornando-se um espaço de referência para a cidade e para a região e, através do zelo à formação docente, forjou, para o Sertão Central Potiguar, pessoal apto para o trabalho com as crianças. Compreendemos, portanto, que esse espaço de formação contribuiu amplamente para a disseminação de ideias, de concepções pedagógicas e para o próprio forjar docente de outras gerações. Esse fluir normativo, ecoou a esperança em tempos melhores, onde a sociedade se tornaria sanitarizada, moral e nacionalista, portanto, é dessa mistura que se constituiu a identidade do Ensino Normal de Angicos.

Palavras-chave: curso normal de Angicos; formação de professores; práticas pedagógicas; história da educação.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Promoções de normalistas.....	27
Quadro 2	– Profissionais que foram discentes	28
Quadro 3	– Visitas realizadas.....	29
Quadro 4	– Sociabilidade normalista em Angicos.....	41

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Grupo Escolar José Rufino.....	24
Imagem 2 – Rede de Ensino Normal no Rio Grande do Norte.....	31
Imagem 3 _ Teresinha de Jesus Souza Alves, de pé, a esquerda.....	32
Imagem 4 _ Igreja Matriz de São José dos Angicos, quando da unificação de suas torres, por determinação do Mons. Manuel Tavares.....	34
Imagem 5 – Placa de Formatura da Primeira Turma do Curso Normal de Angicos.....	34
Imagem 6 – Dom Tavares, já com as vestes episcopais, quando de sua cerimônia de despedida dos paroquianos de Angicos.....	35
Imagem 7 – Padre Pinto, ao centro, em reunião do clube de mães.....	37
Imagem 8 – Madre Carleial e estudantes.....	38
Imagem 9 – Normalistas no Desfile Cívico de Angicos.....	40
Imagens 10 e 11 _ Desfile e coroação da Rainha das Flores.....	44
Imagens 12 e 13 – Valsa da Rainha, seguida dos pares da Rainha e Princesa das Flores, respectivamente.....	44
Imagem 14 – Diplomação e encerramento do ano letivo, com destaque para Agnelo Alves, à esquerda.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ICM Imaculado Coração de Maria

IHGRN Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

CEPE Comissão de Estudos e Pesquisas Educacionais

Ancar Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

CADES Curso de Formação e Aperfeiçoamento do Ensino Secundário

SUMÁRIO

1 PROPEDÊUTICOS.....	14
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	17
3 UM HISTORIOGRAFAZ DA EDUCAÇÃO NORMALISTA EM ANGICOS.....	18
3.1 “O sertão vai virar mar”: antecedentes da criação do Curso Normal de Angicos....	22
4 O ALVORECER NORMALISTA: a história da formação docente do curso normal de Angicos.....	25
4.1 “Poucos são os normalistas”: aspectos constitutivos da Escola Normal.....	26
4.2 “In nomine Patris, et Filii et Spiritus Sancti”: a catolicização normalista de Angicos.....	32
4.3 “Sem ordem, não haveria progresso”: lampejos do higienismo e as campanhas profiláticas na instituição.....	37
4.4 “Vejam só que festividades de arromba”: um (re)encontro com a sociabilidade normalista.....	40
5 DIÁLOGOS FINAIS QUE RECOMEÇAM.....	46
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXOS.....	54
Anexos A e B - Dona Teresinha de Jesus de Souza e Dona Tergineth da Rocha Bezerra.....	54
Anexos C e D - Dona Teresinha de Jesus Costa e Dona Inês Magna da Costa.....	54
Anexo E - Dona Maria Yêda Martins.....	55
Anexo F - Desfile cívico.....	55
Anexo G - Celebração da Proclamação da República.....	56
Anexo H - Encerramento do ano letivo.....	56
Anexo I - Placa de Concluintes (Primeira Turma - 1955).....	57
Anexo J - Placa de Concluintes (Segunda Turma - 1956).....	57
Anexo K - Placa de Concluintes (Quinta Turma - 1959).....	58
Anexo L - Placa de Concluintes (Sexta Turma - 1960).....	58

1 PROPEDÊUTICOS...

As Escolas Normais, no Brasil, foram criadas com o objetivo de ampliar a formação de professores, o que por sua vez implicaria na redução do número de mestres-leigos nos espaços escolares. O analfabetismo no país, e sobretudo na região nordeste, era preocupante; Hernani Timóteo de Barros, funcionário do Serviço Nacional de Recenseamento, coletou dados e informações, documentadas na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, sobre os índices de analfabetismo na região. De acordo com Barros (1946), no ano de publicação do periódico, no Rio Grande do Norte, somente 30,4% da população era alfabetizada; em Angicos, esse número caía ainda mais, somando apenas 27,58% o que por sua vez, indicava que 72,42% da população era analfabeta.

A criação de espaços descentralizados de formação docente, foi uma das estratégias adotadas pelo governo do Rio Grande do Norte, quando através do Decreto-Lei n.º 204, de 7 de dezembro de 1949, criou o Curso Normal Regional junto às Escolas Normais de Natal e Mossoró. No entanto, é somente através da Lei Estadual n.º 621, de 06 de dezembro de 1951, que são prescritas a criação de 14 cursos normais regionais em pontos diversos do estado.

A formação desses normalistas, estava pautada em um currículo amplo e diverso, que incluía disciplinas específicas da área da educação, tais como: Desenho e caligrafia, Educação física, Psicologia e pedagogia, Didática e prática de ensino, e Educação física, recreação e jogos (Brasil, 1946).

Compreender esses espaços formativos, seus contextos, funcionamento e sua própria história, ajudam-nos a compreender o impacto destes lugares para o professorado brasileiro. Nosso interesse imediato, parte de uma predisposição nossa em estudos na área da História da Educação, com ênfase nos espaços de formação de professores, bem como, nossa participação numa pesquisa em andamento, na qual, conseguimos, ao longo desses anos, publicações em mais de 10 eventos, três deles internacionais. Nosso objeto de investigação é a Escola Normal Rural de Angicos, cidade que sediou um desses cursos e espaços no estado do RN, os quais foram criados através de uma política de interiorização dessas instituições de formação (Rio Grande do Norte, 1951).

É nesse sentido, que justificamos essa pesquisa, enfatizando três fatores elementares: a importância de se compreender esse espaço formativo, não apenas para o ambiente acadêmico, mas, para a população de Angicos e circunvizinhanças, considerando que ele colaborou direta e indiretamente para melhorias na educação das crianças através dos seus formandos; consideramos o pioneirismo deste Trabalho de Conclusão de Curso, seus

construtos e colaborações para a investigação deste espaço; e por fim, como uma realização própria, uma vez que desejamos, através da compreensão desta instituição escolar, e de seu funcionamento, compreender a realidade docente de Angicos e da região a época do funcionamento do estabelecimento.

Para além disso, nos atamos a ideia de que esse espaço formativo deu grande contribuição para a formação de professores diplomados, o que nos permite inferir que a presença de um curso desse porte, no município, era de suma importância para a sociedade da época, sobretudo para o desenvolvimento da própria região e, conseqüentemente, impactando os espaços vizinhos.

O problema do analfabetismo, tão comum e já mencionado anteriormente, poderia finalmente ser sanado, isso pode ser testificado através da fala do Governador Sylvio Pedroza à Assembleia Legislativa:

[...] dentro de poucos anos, pela efetivação desses cursos, terão os municípios do estado professores diplomados em número suficiente para provimento de suas escolas, atualmente, em grande maioria, regidas por professores leigos, sem o conveniente preparo educacional (Rio Grande do Norte, 1952, p. 10).

É nestes aspectos que apontamos a relevância desse projeto, pois, a medida em que analisarmos essa história, com a cautela de perceber os aspectos do seu funcionamento e suas práticas pedagógicas, poderemos compreender o que o curso representou para a região. Ancorando-nos na percepção de que, uma vez investigada, a instituição educativa é local, tradição, representação, materialidade e apropriação. Dessa maneira, ao investigarmos o Curso Normal Regional de Angicos estaremos seguindo, criando e documentando a construção da história da educação, local, estadual e nacional (Magalhães, 2004).

A Escola Normal Regional de Angicos, formou profissionais regentes-primários para o trabalho com as crianças. Esse processo, estava pautado num currículo vasto que contemplava diversos fatores; para além disso, a instituição oportunizava amplos diálogos socioculturais com a população do município, através de eventos e programações sociais. A partir do contexto supracitado, nos indagamos: quais eram os aspectos pedagógicos e socioculturais constituintes da formação docente de normalistas no Curso Normal de Angicos?

Diante dessas problematizações, constituímos os seguintes objetivos, sendo respectivamente, o geral e os específicos: Inscrever, compreender e analisar, no contexto educacional e cultural, a história do Curso Normal de Angicos, através dos marcos legais e do

acervo documental ainda existente; Apresentar e caracterizar o acervo documental existente; Realizar o levantamento dos Marcos Legais que nortearam a criação e funcionamento do Curso Normal Regional de Angicos; Analisar a realidade pedagógica da Escola Rural de Angicos; Discutir os aspectos socioculturais do estabelecimento de ensino.

Para fins didáticos, este trabalho está dividido em quatro seções, sendo elas: *Propedêuticos*, onde introduzimos a temática, justificativa, problemática e objetivos deste ensaio; *Aspectos Metodológicos*, onde apresentamos nosso percurso de desenvolvimento da metodologia que subsidiou esta pesquisa; *Um Históriografar da Educação Normalista em Angicos*, onde apresentamos um intróito ao referencial teórico, bem como uma introdução ao Curso Normal de Angicos; *O Alvorecer Normalista: a história da formação docente do curso normal de Angicos*, onde apresentaremos, em subtítulos, alguns dos aspectos da educação ofertada. Subsequentemente, se encontram os *Diálogos Finais que Recomeçam*, onde trazemos algumas das nossas inferências e considerações acerca do curso, seguidas das nossas referências.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para nos debruçarmos sobre a criação, implantação e funcionamento do Curso Normal de Angicos, tomamos por caminho, o arcabouço teórico discutido ao longo da nossa pesquisa de iniciação científica, já mencionado anteriormente. Realizamos o levantamento do material disponível na instituição, a fim de que esses achados subsidiem esse nosso *historiografar*. Essa pesquisa documental, constitui, naquilo que foi discutido por Gil (2008, p. 51): “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa”.

Confluindo com isso, a pesquisa documental permite que: “o investigador ‘mergulhe’ no campo de estudo, procurando captar o fenômeno a partir das perspectivas contidas nos documentos, contribuindo com a área na qual ele se insere” (Kripka, Scheller e Bonotto, 2015, p. 244).

Nossas ações, consistiram na visita a Escola Estadual Professora Joana Honório da Silveira Moura, local que abrigou o Curso Normal de Angicos, e onde se encontra, conservado, o parco acervo documental que discorre sobre esse espaço de formação docente. Através do percurso da investigação científica que compomos, e da qual, este trabalho é um dos produtos, chegamos a alguma documentação.

Identificamos e catalogamos, sob posse da secretaria escolar, os seguintes materiais: livro de matrículas e relatórios anuais; atas períodos letivos e exames; livros de pontos dos professores; livro de assinatura dos concluintes; livro de inventário e despesas; livro de ofícios; livro de caixa; livro de empréstimo de material didático; livro de visitas oficiais; livro de recortes; atas do grêmio e centro cívico; atas do círculo de pais e mestre; e atas festivas e de reuniões dos professores.

Após a execução destes procedimentos, fotografamos o material supracitado, os quais subsidiarão nossa pesquisa documental neste texto e em possíveis futuras pesquisas. Subsequentemente, realizaremos a leitura e o aprofundamento do material a ser investigado.

3 UM HISTORIOGRAFAR DA EDUCAÇÃO NORMALISTA EM ANGICOS

A pesquisa histórica, nas últimas décadas, tem vivido uma intensa renovação teórico-metodológica do seu objeto de estudo. Dentro dessas mudanças, está a qualidade do conhecimento que ela produzia, onde a verdade, outrora tida como absoluta, é colocada finalmente na pauta de discussões críticas. Inicialmente concebida como uma das formas de glorificar o passado, depois, como um recurso institucional para auto afirmação e garantia de reformas por parte dos Estados, hoje, a História é compreendida como sendo também social, e nesse movimento, se acha a relação entre educação, formação humana e as instituições (Gatti Júnior, 2007).

Esses espaços, são definidos por Saviani (2005, p. 28), como sendo: “um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais [...]”. Partindo desse pressuposto, e considerando as instituições também como espaços educativos, Saviani continua:

Quando consideramos a instituição educativa, [...] o que constatamos é uma imbricação de instituições de diferentes tipos, não especificamente educativas que, nem por isso, deixam de cuidar, de algum modo, da educação. Assim, para além da instituição familiar votada, pelas suas próprias características, ao exercício da educação espontânea, vale dizer, do trabalho pedagógico primário, encontramos instituições como sindicatos, igrejas, partidos, associações de diferentes tipos, leigas e confessionais, que, além de desenvolver atividade educativa informal, podem, também, desenvolver trabalho pedagógico secundário, seja organizando e promovendo modalidades específicas de educação formal, seja mantendo escolas próprias em caráter permanente. Nesse âmbito, as instituições que se destacam nitidamente entre as demais, são, sem dúvida, a Igreja e o Estado (*Ibidem*, p. 29).

Logo, compreendemos que os espaços de formação docente são imersos de sentidos, conhecimentos e memórias, portanto, a própria noção de instituição, está ligada a um caráter memorial, de construção histórica e de tradição. Todos esses elementos, são produtos e reproduções culturais e sociais, elas traduzem, para Magalhães (2004, p. 98): “[sic] visões macro, micro e meso” desses estabelecimentos.

A historiografia consiste na análise crítica sobre um fenômeno histórico e historiográfico (Lapa, 1976), portanto, *historiografar* sobre as instituições, especialmente as de ensino, é uma árdua tarefa, sobretudo por: “[...] dois aspectos: a) é necessário voltar os

olhos para o trabalho dos outros com um crivo crítico; b) é imprescindível ter clareza de que se está imerso no próprio processo objeto da historiografia” (Sanfelice, 2009, p. 194).

Nesse sentido, para *historiografarmos* sobre o Curso Normal Regional de Angicos, nos aportamos nos postulados de Jacques Le Goff (1990) acerca da visão documento-monumento, uma vez que percebemos a responsabilidade do investigador em analisar fontes históricas. Somados a sua visão, compreendemos que o contexto imediato de uma época se faz presente e vivo à medida em que monumentalizamos os documentos históricos.

Ainda sobre estes espaços, Justino continua dizendo que, eles se valem de:

[...] toda a panóplia de meios, estruturas, agentes, recursos, mas também as marcas socioculturais e civilizacionais que os estados e outras organizações mantêm em funcionamento para fins de permanência e mudança social (Magalhães, 2004, p. 15).

Seguindo nessa visão, a instituição, as realidades, os construtos sociais e tudo o que forjam os indivíduos: “fecundam-se mutuamente enquanto construção histórica” (Magalhães, 2004, p. 66). Concordamos com Justino, quando este compreende que os espaços formativos são locais, e marcados de uma tradição. Portanto, “[...] a instituição é contexto, representação, materialidade e é apropriação” (Magalhães, 2004, p. 67), e como tal, ultrapassa os limites físicos e estruturais do espaço escolar, ela ultrapassa inclusive o espaço-tempo, como um instrumento representativo, referencial e memorial. É nesse espaço memorial, chamado por Santo Agostinho de Hipona de “*Palácio da Memória*”, que pretendemos resgatar as vivências dos normalistas do Curso Normal Regional de Angicos.

Através dessa amálgama, surge a noção de construto sociocultural, uma vez que, através das relações dos indivíduos com os seus semelhantes, - entre os docentes, entre docentes e alunos, alunos e famílias, docentes e famílias - enquanto sujeitos de direitos, produtores e reprodutores de cultura, é que se cria uma “relação que estabelece com o público e com a realidade envolvente [onde] as instituições educativas desenvolvem a *sua própria identidade histórica*” (*Ibidem*, p. 68, grifo nosso).

Ratificamos que Justino de Magalhães, ao tratar sobre essa “*panóplia*”, a chama de “*realidade-objeto*”, a qual, constitui-se por diversos fatores, como:

[...] edifício, movimento de alunos, programas, manuais, sumários, exames, provas, termos de matrícula e de exame, por um lado, e por atas, relatos gerenciais, orçamentais, contabilísticos, por outro, por uma triangulação

entre memórias e atos de direção e de decisão, ganha sentido histórico, numa tecitura problematizantes, considerada a relação instituição/público(s) como eixo epistêmico (Magalhães, 2004, p. 71-72).

Nesse sentido, ao analisarmos os documentos e materiais que ainda existem e estão sob a guarda da instituição, estaremos por inscrever a história deste espaço de formação, suas relações com a sociedade e suas contribuições para Angicos e região.

A educação normalista brasileira foi gerida pelo Decreto-Lei Federal nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, também conhecida como Lei Orgânica do Ensino Normal, essa diretriz, se encarregou de organizar a formação de professores em ciclos. Acerca disso, Ribeiro (2010, p. 115) escreveu que:

o curso de 1º ciclo (4 anos), para a formação de regentes, seria ministrado em escolas normais regionais e o curso de 2º ciclo (3 anos), para formar professores, seria ministrado nas escolas normais propriamente ditas. Foram criados, ainda, os Institutos de Educação, onde deveriam funcionar os cursos anteriormente citados e mais: como anexos, o Jardim de Infância e a Escola Primária, os cursos de especialização de professores primários (em educação pré-primária, primária complementar, supletiva, desenho e artes aplicadas, e música) e habilitação de administradores escolares (diretores, inspetores, estatísticos e avaliadores escolares, bem como orientadores de ensino).

Chamado por Souza (1998) de “*Templos de Civilização*”, os espaços escolares e de formação reverberam uma visão político-ideológica do Estado. O Curso Normal Regional de Angicos, deveria seguir a legislação específica para o Ensino Normal; a qual, estabeleceu diretrizes para a infraestrutura e o funcionamento da instituição:

Art. 42. Os estabelecimentos, municipais ou particulares, que desejarem outorga de mandato de ensino normal, deverão satisfazer às seguintes exigências mínimas:

- a) *prédio e instalações didáticas adequadas*;
- b) organização de ensino nos termos do presente decreto-lei;
- c) corpo docente com a necessária idoneidade moral e técnica;
- d) ensino de português, geografia e história do Brasil, entregue a brasileiros natos;
- e) manutenção de um professor-fiscal, no estabelecimento designado pela autoridade de ensino competente;
- f) *existência de escola primária anexa, para a demonstração e prática de ensino* (Brasil, 1946, Título II, Capítulo I, Art. 42, *grifo nosso*).

Concomitantemente, e ainda ancorado na lei orgânica, o currículo determinava, que, minimamente, os normalistas deveriam cursar:

Art. 7º O curso de regentes de ensino primário se fará em quatro séries anuais, compreendendo, no mínimo, as seguintes disciplinas:

Primeira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Geografia geral. 4) Ciências naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Canto orfeônico. 7) *Trabalhos manuais e economia doméstica*. 8) *Educação física*.

Segunda série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Geografia do Brasil. 4) Ciências naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Canto orfeônico. 7) *Trabalhos manuais e atividades econômicas da região*. 8) Educação física.

Terceira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) História geral. 4) *Noções de anatomia e fisiologia humanas*. 5) Desenho. 6) Canto orfeônico. 7) *Trabalhos manuais e atividades econômicas da região*. 8) *Educação física, recreação e jogos*.

Quarta série: 1) Português. 2) História do Brasil. 3) *Noções de Higiene*. 4) Psicologia e pedagogia. 5. Didática e prática de ensino. 6) Desenho. 7) Canto orfeônico. 8) Educação física, recreação e jogos (Brasil, 1946, título II, cap. I, Art. 7, *grifo nosso*).

As orientações federais, assim como o currículo formativo, foram seguidas à risca pelo estado do Rio Grande do Norte, não acrescentando nenhuma disciplina a grade curricular do curso. Destacamos que, através desse espaço civilizatório, evidenciamos, a iminência da prioridade com questões relativas a higiene do corpo, o que testifica, o ciclo de influência dos ideais do higienismo na construção desse currículo, movimento esse, que por sua vez, se ancorava no caráter moral-nacionalista que se constituía no Brasil naquele período.

Assim, o espaço se constituía como um local de distinto caráter social para com a comunidade. De acordo com Ribeiro (2019, p. 40), “a sociabilidade, como uso cultural e político ou como uma categoria explicativa de experiências sociais, tem a sua historicidade”. Logo mais, depois de ampla retomada histórica de conceitos da sociabilidade, o estudioso chega ao entendimento de que:

[...] se deve compreender a sociabilidade como um modo de convivência, mais ou menos formal, quase sempre associado à confiabilidade pessoal de estar junto – o que pressupõe algo como “estar entre iguais” –, seja em atividades lúdicas e prazerosas como festas, bares, cafés ou outras maneiras menos formais de encontro, seja nas mais formais como as maçônicas ou as irmandades (*ibidem*, p. 55).

Essa convivência e o caráter social da instituição perpassaria toda a existência do curso de formação docente de Angicos, muitos destes momentos, registrados na documentação ainda existente sobre o Curso Normal Regional, e posteriormente, do Curso Normal Ginásial que o substituiu.

3.1 “O sertão vai virar mar”: antecedentes da criação do Curso Normal de Angicos

“[...] Para dar ao campo o professorado apropriado, capaz de realizar a função social que lhe incumbe, impõe-se um processo: recrutar os candidatos na própria região e prepará-los em escolas tecnicamente adequadas, localizadas na própria zona, que lhes imprimam as ideias necessárias e especializem a sua atividade profissional, vale dizer – faz-se necessário formá-los em escolas normais rurais”.
Coelho de Souza ao Diário de Natal, 2 de outubro de 1952.

No Rio Grande do Norte, a primeira tentativa de criação de instituição de educação normalista remonta a meados dos anos 1870, enquanto atravessávamos ainda o Governo de Dom Pedro II. Seu funcionamento foi autorizado pela Lei n.º 671, de 5 de agosto de 1873, mas segundo Nascimento (2018, p. 86) diante de tantos embates referentes à estruturação e consolidação, essa instituição não vingou e teve “sua história acompanhada por intermitências de abertura e de funcionamento”¹.

O Estado brasileiro, diante da iminente necessidade de formação dos professores leigos para atuarem no ensino primário, acompanhou as Reformas da Instrução Pública, onde, tiveram destaque: “[...] o enriquecimento dos conteúdos curriculares anteriores e a [...] ênfase nos exercícios práticos de ensino, corporificada pela criação da escola – modelo anexa à Escola Normal – sendo a principal inovação da reforma” (Borges; Aquino; Puentes, 2011, p. 97).

Segundo Dermeval Saviani (2009), foi a partir do estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), que a questão do preparo de professores emerge de forma explícita após a independência. Essas escolas,

Visando à preparação de professores para as escolas primárias, as Escolas Normais preconizavam uma formação específica. Logo, deveriam guiar-se pelas coordenadas pedagógico-didáticas. No entanto, contrariamente a essa expectativa, predominou nelas a preocupação com o domínio dos conhecimentos a serem transmitidos nas escolas de primeiras letras. O currículo dessas escolas era constituído pelas mesmas matérias ensinadas nas escolas de primeiras letras. Portanto, o que se pressupunha era que os professores deveriam ter o domínio daqueles conteúdos que lhes caberia transmitir às crianças, desconsiderando-se o preparo didático-pedagógico (Saviani, 2009, p. 144).

¹ Francinaide Lima Silva do Nascimento, autora do livro “A Escola Normal de Natal: Rio Grande do Norte (1908-1971)”, definiu-a como “natimorta”, diante de tantos embates de estruturação e consolidação (Nascimento, 2018, p. 32).

No Rio Grande do Norte, somente em 1908, a estabilidade foi alcançada através da Reforma do Ensino Primário de Alberto Maranhão, pela Lei n.º 249, de 22 de novembro de 1907 (Pereira, 2018). Fortalecida nos anos seguintes, a escola assume o objetivo de preparar docentes para as instituições de ensino primário do estado, dentre elas o “Grupo Escolar José Rufino”, em Angicos, criado pela Lei nº. 258 de 11 de dezembro de 1911.

Imagem 1 - Grupo Escolar José Rufino



Fonte: Acervo do LABIM (1927)²

Mais adiante, em 1945, um relatório enviado ao Ministério da Educação e Saúde³ indicou que, no Rio Grande do Norte, existiam somente 19 professores formadores, arrolados nas únicas Escolas Normais existentes nas duas maiores cidades do estado, Natal e Mossoró. Com 42 municípios e mais de 860.000 habitantes, a quantidade de instituições de ensino normais era insuficiente para a formação docente das 748 escolas primárias, das quais 103 eram pertencentes ao Estado, e que, somadas, contavam com pouco mais de 49.000 alunos matriculados.

Diante desse cenário, o número de analfabetos nos rincões do estado era alto. Esses índices, impulsionaram avanços e novas discussões em torno da organização do ensino primário no Brasil, de modo que, no início da década de 1940, na I Conferência Nacional de Educação, reunida pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, no Rio de Janeiro, e no VII Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Goiânia, versou-se sobre educação primária, enfatizando as áreas rurais.

² Disponível em: http://repositoriolabim.echla.ufrn.br/handle/123456789/3062?locale=pt_BR. Acesso em: 05 nov. 2025.

³ O Ministério foi um dos criados por Getúlio Vargas em 1930, ainda durante o governo provisório.

No ano de 1946, enquanto a República era presidida por José Linhares⁴, irrompeu a primeira política pública nacional de expansão do ensino normal, ainda herança do mandato de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde. Através do Decreto-Lei Federal n.º 8.530, de 02 de janeiro de 1946, foram criadas as bases da organização do Ensino Normal no país, determinando o estabelecimento de ensinos que trabalhassem em três instâncias, Curso Normal Regional, Escola Normal e Instituto de Educação, além de assegurar um currículo vasto a fim de garantir ampla preparação teórica para os normalistas.

Em 1947, no Rio Grande do Norte, o Decreto-Lei n.º 684, de 11 de fevereiro de 1947, foi o responsável por adaptar a Legislação Estadual à Lei Orgânica do Ensino Normal. Embora pudesse estabelecer pequenas alterações curriculares⁵, no estado potiguar, o currículo foi totalmente mantido, seguindo as normativas federais.

Em consonância com este Decreto, em 7 de dezembro de 1949, foi sancionada pelo Governador José Varela a Lei n.º 204, que criou o Curso Normal Regional junto às Escolas Normais de Natal e Mossoró, e que entrariam em vigor a partir de 1º de janeiro de 1950.

A União, em 1951, já dispunha de aproximadamente 112 cursos de 1º Ciclo, dos quais, em todo o Nordeste, o estado do Rio Grande do Norte era o único onde não existia essa modalidade. Moraes e Silva (2011, p. 224) apontam que nos outros estados, havia 33 instituições de Cursos Normais, sendo: “[...] 02 em Alagoas, 02 na Bahia, 12 no Ceará, 01 no Maranhão, 08 na Paraíba, 09 em Pernambuco, 01 no Piauí e 02 no Sergipe”.

É somente em 6 de dezembro do mesmo ano, que, por sanção da Lei n.º 621, são criados os Cursos Normais Regionais anexos às escolas Normais de Natal e de Mossoró, em 14 cidades do estado, a saber: Martins, Pau dos Ferros, Santa Cruz, Santana do Matos, Florânia, Nova Cruz, Angicos, Macau, Currais Novos, Alexandria, Apodi, Ceará-Mirim, Caraúbas e Açu.

A Escola Normal Rural de Angicos iniciou oficialmente o seu funcionamento em 1952, e contou com 32 matrículas iniciais. Segundo informações encontradas no Livro de Recortes de Jornais e Decretos, o curso instalou-se no espaço do Grupo Escolar José Rufino, sob a gestão da Professora Maria do Nascimento Trigueiro Costa a reunião solene foi iniciada, onde se definiu o seguinte corpo docente:

⁴ Presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu a presidência da República por somente três meses, após a renúncia de Getúlio Vargas ante as pressões das Forças Armadas. Buscou reestruturar e combater abusos legais cometidos durante o Estado Novo (1937–1945).

⁵ Vide Lei Orgânica de Ensino Normal, 1946, título IV, cap. III, Art. 45º, §1º.

PORTUGUÊS - Universitário Edson Peres; CIÊNCIAS NATURAIS - Dr. Boanerges Soares; GEOGRAFIA - Dr. Washington Amorim; MATEMÁTICA - Profa. Maria Zélia Alves; DESENHO, CALIGRAFIA e EDUCAÇÃO FÍSICA - Profa. Dalva de Oliveira; CANTO ORFEÔNICO - Prof. José Costa e TRABALHOS MANUAIS e ECONOMIA DOMESTICA - Profa. Anilda Menezes (Livro de Recortes, 1966-1972, n.p).

Evidentemente, alguns professores foram agregados ao longo do ano letivo, sendo “Joana Honório da Silveira Moura⁶, Nair Gonzaga da Costa⁷ Antônio Rosendo Pires “(Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p).

Seguindo o pensamento do Sr. Governador, todas as pessoas mencionadas acima eram “[...] de projeção intelectual e moral do meio: médicos, bacharéis, agrônomos, sacerdotes e professores” (Rio Grande do Norte, 1952, p. 10), e se caracterizavam como “pessoas proeminentes da sociedade angicana”.

Esta instituição, funcionou com a denominação de Curso Normal Regional de Angicos durante nove anos, e no ano de 1961, a partir da promulgação da Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, denominada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passou a ser chamada de Ginásio Normal de Angicos. Para Scott (2012, p. 23), esta Lei: “[...] garantiu a equivalência de todos os cursos de grau médio, permitindo que os estudantes do magistério (escola normal) pudessem disputar e acender a vagas no ensino superior”. É certo que, durante o seu funcionamento, o Curso em Angicos subsidiou a diplomação de normalistas, que em sua maioria, assumiram, posteriormente, papéis de relevância para a educação municipal e da região, fortalecendo o seu legado pedagógico e formativo.

4 O ALVORECER NORMALISTA: a história da formação docente do curso normal de Angicos

*Olha como a flor se ascende
Quando o dia amanhece
Minha mágoa se esconde
E a esperança aparece
O que me restou da noite
O cansaço, e a incerteza
Lá se vão na beleza deste lindo alvorecer*

⁶Assumi as cadeiras de História Geral e do Brasil entre 1952 e 1966, sendo um expoente para muitas das pessoas que por ela passaram. Nos anos 90, como homenagem, tornou-se patronesse de uma das escolas mais tradicionais de Angicos.

⁷ Foi diretora do Curso entre os anos de 1952 e 1956.

O Curso Normal de Angicos, importante espaço educacional da região central potiguar, amalgamou-se a realidade da cidade, e se inseriu como um lugar de formação, de encontro e de relações da própria comunidade. Em Angicos, se comprova o postulado de Magalhães (2004, p. 127), que entende “as instituições educativas como organismos criativos, na sua vivência interna, e construtivos no que se refere à relação com a comunidade e com os públicos a que se destina”. Assim, ao compreendermos a sua constituição, estaremos por historiografar a sua existência, e resgatar a sua história.

4.1 “Poucos são os normalistas”: aspectos constitutivos da Escola Normal

*Vestida de azul e branco
Trazendo um sorriso franco
No rostinho encantador
Minha linda normalista
Rapidamente conquista
Meu coração sem amor
Benedito Lacerda e David Nasser, 1949.*

O Curso funcionou na chamada Colégio Cônego Leão Fernandes - atualmente, Escola Estadual Professora Joana Honório da Silveira Moura - , como um anexo do Grupo Escolar José Rufino, e, por se tratar de uma instituição Normal de 1º Ciclo, diplomaria a cada quatro anos, conforme prescrevem as Leis Federal e Estadual, regentes primários, os quais estariam aptos ao trabalho nas instituições escolares do estado. Os índices apontavam a aceitação desse espaço no município, através dos números de matrícula e de permanência dos estudantes.

Nossos registros indicam que o curso funcionava em turmas mistas, e com um razoável número de aprovados, para o trabalho docente nos espaços das cidades. Isso pode ser testificado abaixo, na lista dos normalistas “promovidos”, do quadriênio de inauguração do Curso, onde destacamos a presença masculina na instituição:

Quadro 01 – Promoções de normalistas

Ano	Relação nominal dos estudantes
1952	Helena Souza, Maria de Lourdes Souza, Inês Costa, Anilda Pereira da Costa, Maria do Céu Oliveira, Maria Yêda Martins, Teresinha de Jesus Costa, Ana Hilda de Souza, Terginete da Rocha Bezerra, Rita Lima da Silva, Lindalva Medeiros de Oliveira, Cândida

	Câmara Souza, Gildenora Batista Costa, Eunice Soares Azevedo, Gilma Soares, Maria Auxiliadora Costa, Maria Creuza Alves de Souza, Creuza Lima da Silva, Luiza Batista Sobrinho, Teresinha Germano da Costa, Laura Câmara de Souza, <i>José Martins</i> , Isaura Câmara Souza.
1953	Maria Violeta Cosme de Souza, Elza Chagas dos Anjos, Ana Valdenita da Cunha, Teresa Neuman de Albuquerque, <i>Manuel Evaristo da Costa</i> , <i>José Fernandes Pimenta</i> .
1954	Lúcia Maria de Souza, <i>Luis de França Ribeiro</i> , Teresinha de Jesus Souza, Maria do Socorro Tavares, <i>Armando Ferreira</i> , Maria Nilza de Oliveira, <i>Gheber Miranda de Lima</i> .
1955	Irene Firmino de Aquino, Maria do Céu Tavares, <i>Acrísio Imperial de Oliveira</i> .

Fonte: construído pelos pesquisadores (2025).

A vista do número de mulheres, podemos compreender que o de homens é pequeno. Isso pode ser justificado por diversos fatores, como a urgência do trabalho para subsistência da família, ou mesmo, de uma compreensão temporal e social da época, uma vez que, os anos 1950, 1960 e início de 1970, são marcados pela ênfase da virilidade como elemento crucial das relações, inclusive impactando o “quadro cultural e comportamental dos jovens do período” (Müller, 2012, p. 301). A autora segue seu pensamento, afirmando que:

Depois do primário, os garotos optavam pelo científico (com ênfase nas ciências ditas mais ‘duras’), clássico (cujo eixo estava centrado nas áreas de ciências humanas e sociais) ou ainda algum outro curso técnico, como o de contabilidade. Já a grande maioria das garotas optavam pelo *curso normal* (*Idem*, p. 303, *grifo nosso*).

Essa relação entre os homens, mulheres e a educação, é marcada por muitos embates, principalmente ligados a questões morais e de gênero. As normalistas, passam a ter “[...] associadas ao magistério, características tidas como ‘tipicamente femininas’: paciência, minuciosidade, afetividade, doação (Louro, 2015, p. 450)⁸”.

Os aspectos da educação normalista, os quais, enfatizados na presença feminina, são indícios da articulação com a tradição religiosa da atividade docente, retomam uma clara alusão ao professorado como uma função “sacerdotal”, que se constitui como piamente digna e que merece ser seguida (Louro, 2015).

⁸ A autora, diz que a missão dessas educadoras consistia em “[...] fornecer apoio afetivo, emocional e intelectual à criança, de modo que suas potencialidades se tornem presentes” (Louro, 2015, p. 472).

Seguindo as diretrizes do Departamento de Educação do RN e da própria Lei Orgânica, a escola normal estabeleceu nos primeiros seis anos, o horário das aulas das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira. Alguns dos estudantes, especialmente os ingressantes nos primeiros anos de funcionamento, regressaram à instituição como docentes ou gestores (entre os anos de 1959 a 1969), conforme descritos no quadro abaixo:

Quadro 02 - Profissionais que foram discentes⁹

Nome	Função desempenhada
Terginete da Rocha Bezerra	Diretora do Curso (1959) e professora de ciências de (1962-1963)
Teresinha de Jesus Souza Alves	Diretora do Curso (1963-1964)
Acrísio Imperial de Oliveira	Professor da cadeira de Língua Portuguesa (1962-1966)
Maria Auxiliadôra da Costa	Professora de Desenho (1963-1967)
Teresinha de Jesus Costa	Professora de Geografia Geral e do Brasil (1963-1964) e de Didática (1967-1968)
Maria Yêda Martins	Professora de Fundamentos da Educação (1963-1964)
Maria Enoleide de Melo	Diretora do Curso (1966)
Inês Magna da Costa	Secretária (1965-1968) e Diretora (1968-1969)

Fonte: construído pelos pesquisadores (2025).

A documentação investigada nos revelou que esta instituição de ensino normalista recebeu visitas oficiais de inspetores e técnicos de ensino da Secretaria de Educação do Estado. Esses momentos foram inicialmente documentados apenas nos relatórios gerais enviados ao Departamento de Educação ao final de cada ano letivo. Para além da equipe técnica, muitas pessoas de “relevância intelectual e moral”, visitaram o espaço formativo revelando que havia uma circularidade de orientações normativas, pedagógicas e didáticas.

Quadro 3 - Visitas realizadas

Ano	Visitas Oficiais
1952	“Inspetor de ensino Lídio Freire da Rocha” (Livro de Matrículas e

⁹ Vide anexos A, B, C, D e E.

	Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p).
1953	“Inspetor de ensino Lídio Freire da Rocha e Antônio Estevam da Silva” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p).
1954	“Inspetor Antônio Estevam da Silva” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p).
1955	“Inspetor Antônio Estevam da Silva” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p) .
1956	“Sr. Dr. Tarcísio Maia, Secretário de Educação do Estado” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p).
1957	“Não houve” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p).
1958	“Não houve” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p).
1959	“Revmo. Cônego José Galvão” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p).
1960	“Não houve” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p).
1961	“Não houve” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p).
1962	“Não houve” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p).
1963	“Diretora do CEPE [Lia Campos ¹⁰], dois engenheiros da América do Norte e seu respectivo intérprete, o Dr. Cruz” Salientamos que recebemos a visita do professor Waldson Pinheiro, professora Lola e um técnico do Rio Grande do Sul, que achava-se prestando serviço às Escolas Normais” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p).
1964	“Estiveram em visita ao Ginásio Normal, durante o período de matrícula, o Secretário de Educação e Cultura, acompanhados de dois técnicos americanos com nomes desconhecidos” (Livro de Atas do Período Letivo e Exames, 1962-1972, n.p).
1965	“Não houve” (Livro de Atas do Período Letivo e Exames, 1962-1972, n.p).
1966	“Diretora da Divisão de Ensino Médio, a professora Olindina Gomes de Lima Costa, Maria Anilda de Menêzes, Maria Alexandrina Sampaio, e equipe técnica da CEPE [...] e Ir. Theresinha Mazurana” (Livro de Visitas Oficiais, 1963 - 1969, n.p).

¹⁰ A professora Lia Campos, assumiu de 1957 a 1964, a direção da Comissão de Estudos e Pesquisas Educacionais do RN, promovendo diversas ações pedagógicas que a projetam como uma importante personalidade da história da educação no Rio Grande do Norte (Vieira, 2005).

1967	“Jocy Edivalda da equipe técnica da CEPE, e Maria Anilda de Menêzes” (Livro de Visitas Oficiais, 1963 - 1969, n.p).
1968	“Inspetor Seccional Dr. Max Cunha de Azevêdo, supervisores da merenda escolar, a visita da representante do Secretário de Educação do RN, na pessoa de Zilda Lopes do Rêgo, sua secretária” (Livro de Visitas Oficiais, 1963 - 1969, n.p).
1969	“Equipe da CEPE, e Maria Anilda de Menêzes” (Livro de Visitas Oficiais, 1963 - 1969, n.p).
1970	“Equipe da CEPE, e Maria Anilda de Menêzes” (Livro de Atas Festivas e Reuniões de Professores, 1967-1973, n.p).

Fonte: construído pelos pesquisadores (2025).

Após três anos sem acolhimento de pessoas ligadas a educação estadual, enfatizamos que, em 1963 e em 1964, respectivamente, o curso passa a ter novas visitas “durante o período de matrícula, o Secretário de Educação e Cultura, acompanhados de dois técnicos americanos com nomes desconhecidos” (Livro de Relatórios e Matrículas, 1963 - 1969, n.p). É somente em 1966, que se estabelece um Livro de Visitas Oficiais. Nele, se acha escrito, quando do termo de abertura, que “servirá [...] para a assinatura de visitas oficiais neste estabelecimento” (Livro de Visitas Oficiais, 1963 - 1969, n.p).

Sendo uma escola cuja localização geográfica favorecia o êxodo para cidades circunvizinhas¹¹, eram comuns as desistências e transferências de normalistas, e embora não existam dados documentais que justifiquem essas mudanças, os indícios apontam que estes estudantes poderiam ser transferidos para outras instituições normalistas da circunvizinhança. Tanto é que em meados dos anos 1960, o Prof. Eny Caldeira, funcionário do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais produziu um relatório ao Ministério da Educação e Cultura sobre o magistério primário no RN, construindo, como produto de sua investigação, um planejamento cartográfico pedagógico do estado, no qual é possível constatar a existência de outras Escolas Normais Rurais que tenham favorecido esse esvaziamento do Curso de Angicos. Abaixo, apresentamos um quadro da rede de instituições normalistas no estado.

Imagem 2 – Rede de Ensino Normal no Rio Grande do Norte

¹¹ Inaugurada em 1933, a Estação Ferroviária de Angicos funcionou até meados dos anos 1960, entrando em declínio logo em seguida (Santos; Melo, 2016). No seu auge, transportou a Natal e demais cidades da malha ferroviária, pessoas, produtos e animais, especialmente para a venda na região metropolitana.



Fonte: Eny Caldeira – INEP (1960)

Para além dos estudantes, encontramos também, como um dos desafios enfrentados no curso, as solicitações de transferência de professores, como é o registrado no Livro de Ofícios (1964, n.p): “remetemos, em 09 de março de 1964, ao Secretário de Estado de Educação e Cultura o pedido de transferência da professora Teresinha de Jesus Souza para o Ginásio Normal de Açu”.

Imagem 3 - Teresinha de Jesus Souza Alves, de pé, a esquerda



Fonte: Acervo do Angicos Viva (1960)¹²

¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1101719021998289&set=a.400674058769459>. Acesso em: 04 de nov. 2025.

O caso da docente não é isolado. Nove dias depois, a secretária do estabelecimento informa que fora enviada “[...] a comunicação dos professores Uiraquitã de Sousa e Antônio Gomes de Araújo, que deixaram de lecionar nesta escola por motivo de terem mudado de residência” (Livro de Ofícios, 1963-1969, n.p). Esse *déficit* no corpo docente, perseguiu a história da instituição, sendo, inclusive, pauta de reuniões com os discentes, a fim de elucidar dúvidas e tentar mitigar a perda do quadro.

Uma série de questões são elencadas por Almeida (2011), como a dificuldade de comunicação, ausência de orientação didático-metodológica, falta de verbas públicas e material pedagógico insuficiente, sendo, este último, inclusive apresentado ao longo dos anos de funcionamento como “[...] sempre em ampla deficiência” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais (1952-1963, n.p.). Ainda acerca disso, Almeida (2011, p. 286), afirma que “os professores também relatam as deficiências de alimentação, o problema da moradia, pois ou alojavam-se na própria escola ou em casas de pessoas da comunidade, as doenças que os acometiam, e a demora pra voltar para casa”.

Após o ano de 1964, as atividades de práticas desenvolvidas pelas normalistas, migraram da escola Cônego Leão Fernandes para o Grupo Escolar Francisco Veras, recém construído e inaugurado no governo de Aluizio Alves: “nesta data [21 de agosto de 1964], remetemos a Diretora do Grupo Escolar ‘Francisco Veras’¹³, o ofício nº01, comunicando as observações e práticas das alunas deste estabelecimento” (Livro de Ofícios, 1963-1969, n.p).

O Curso Normal de Angicos, através dessa diversa gama de situações e especificidades, foi impactado, forjado e subsistiu. Nos seus normalistas, ecoou o tinir de suas limitações, sobretudo na última década de seu funcionamento, quando a chegada de outras instituições de ensino a cidade, a ausência e a rotatividade docente para as cadeiras, e a falta de recursos foram sentidas pelos discentes do curso e pela própria comunidade angicana.

4.2 “*In nomine Patris, et Filii et Spiritus Sancti*”: a catolicização normalista de Angicos

*Ide, portanto, e fazei que todas
as nações se tornem discípulos,
ensinando-as a observar tudo
quanto eu vos ordenei.
Marcos 28, 19-20a.*

¹³ Inaugurada em 19 de Março de 1964, a atual Escola Estadual Francisco Veras foi construída com cinco salas de aula para atender as crianças da 1ª a 5ª série do antigo Ensino Primário

A Igreja Católica, sendo umas das mais antigas e robustas instituições religiosas do mundo, amalgamou-se a história de criação de inúmeras nações, inclusive a brasileira. A Sé, por meio de suas nunciaturas e das exposições evangelísticas, propôs a catequização de milhões de não católicos no Brasil e no mundo.

No caso do nosso objeto de estudo, não são poucas as vezes em que Igreja e Instituição educativa se misturam, à princípio, pelo próprio fato do prédio no qual funcionava o Curso Normal Regional de Angicos, pertencer à Paróquia de São José. Um outro aspecto, registrado no Livro de Matrículas e Relatórios Anuais (1952-1963, n.p), refere-se às atividades de diplomação da primeira turma de Regentes Primários: “[iniciariam] às 07h com Missa Solene na Matriz de S. José com comunhão geral”. Abaixo, apresentamos uma imagem da Igreja, tal qual no tempo das atividades mencionadas:

Imagem 4 - Igreja Matriz de São José dos Angicos, quando da unificação de suas torres, por determinação do Mons. Manuel Tavares



Fonte: Acervo do Angicos Viva (1958)¹⁴

A noite, as celebrações seriam seguidas por uma “homenagem ao neo-sacerdote da paróquia”, e uma série de momentos, dentre os quais, destacamos a atividade apenas registrada como “*O Brasil e a Eucaristia*”, a ser executada por Gilvânia Nóbrega. Abaixo, acha-se um registro da placa da primeira turma, com destaque ao paraninfo, Mons. Manoel Tavares:

Imagem 5 – Placa de Formatura da Primeira Turma do Curso Normal de Angicos

¹⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1821032998162564&set=pcb.1821033024829228>. Acesso em: 05 nov. 2025.



Fonte: Acervo dos Pesquisadores (2025)

Um pouco mais adiante, em 1957, repetiu-se a solenidade católica com o corpo docente e discente da Escola, desta feita em Ação de Graças pela “diplomação da 3ª turma”. A formatura seria iniciada às 20h com a “Abertura da sessão solene pelo presidente, Mons. Manoel Tavares com entrega dos certificados”. Em 1959, após 23 anos à frente da paróquia de São José dos Angicos, foi designado para a Sé de Caicó¹⁵.

Imagem 6 – Dom Tavares, já com as vestes episcopais, quando de sua cerimônia de despedida dos paroquianos de Angicos



Fonte: Acervo do Angicos Viva (1959)¹⁶

¹⁵ Governou de 1959 a 1978, quando seguindo as orientações da Igreja, renunciou ao cargo e retirou-se para viver na capital. Dom Tavares, faleceu em Natal, em 2006, aos 93 anos. Está sepultado em São José de Mipibu, sua terra, na Matriz de Sant'Ana e São Joaquim.

¹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/17RER5oaPv/>. Acesso em 31 Out. 2025.

Na década de 1960, por proposição do Sumo Pontífice João XXIII, foi convocado o *Concilium Vaticanum II*, com o objetivo de adaptar a liturgia da igreja às necessidades de seus fiéis, inserindo, por exemplo, as línguas vernáculas no código litúrgico. O documento *Gaudium Et Spes*, discorre sobre a Igreja e o Mundo, e como deveria, a Santa Sé, o Clero e sobretudo os leigos, imbuir na sociedade, os princípios catequizadores e salvíficos da mensagem do Evangelho:

Os leigos, que devem tomar parte activa em toda a vida da Igreja, não devem apenas impregnar o mundo com o espírito cristão, mas são também chamados a serem testemunhas de Cristo, em todas as circunstâncias, no seio da comunidade humana (*Gaudium Et Spes*, 1965, Cap. IV, Art. 43°).

Nesse sentido, Nunes (2015, p. 496), assegura que, dali adiante:

[...] o cristão, deveria agora ‘inserir-se no mundo’ e ser um ‘fermento na massa’, para usar expressões da literatura religiosa da época. Influenciar a sociedade baseando-se em ideais cristãos passou a ser um dever imperativo dos fiéis católicos.

Embora os “princípios da fé” já circundassem a vida dos fiéis, a ação evangelística e neo-catequizadora do Concílio, visava aproximar as compreensões cristãs e católicas da vida quotidiana de seus membros. Essas ações, podem ser testificadas, inclusive, se recorrermos aos Livros de Visitas Oficiais e de Recortes, onde encontraremos novamente uma forte presença religiosa no Curso Normal Regional de Angicos.

Em 1959, fez visita ao local, o “Revmo. Côn. José Galvão”. O religioso lutou bravamente pela constituição do Curso Normal Regional de Caicó (1956), e de acordo com Pereira (2018, p. 81), foi seu “diretor, fundador e proprietário”. Ali, trabalhou amplamente as questões morais, cívicas e religiosas. Recebeu, ao longo dos anos, certo apagamento histórico, o qual, lhe foi atribuído pela pesquisadora, como produto da “[...] polêmica que envolveu a pessoa de José Celestino Galvão, que largou a batina para casar-se” (Pereira, 2018, p. 20).

Em 1966, a visita foi da “Ir. Theresinha Mazurana (ICM) que disse levar boas referências do curso” (Livro de Visitas Oficiais, 1966, n.p). A religiosa, compunha, segundo João Santos, autor do *Blog* “Crônicas Taipuenses”, a congregação do Imaculado Coração de Maria¹⁷, e serviu à paróquia de Taipu entre 1966 e 1969.

¹⁷ Também conhecidas como as “irmãs vigárias”, a congregação recebeu autorização do então arcebispo Dom Eugênio de Araújo Sales para administrar ações pastorais junto a paróquia de Taipu, sendo-lhes vedado apenas a celebração da Missa, Confissões e distribuição da comunhão (Santos, 2023).

O vigário pontifício de Angicos¹⁸, Pe. Francisco das Chagas Pereira Pinto, por três vezes é mencionado nos anais do curso. A primeira, em 01 de julho de 1966, quando através da Portaria N.º 279/66, recebera “[...] autorização provisória para lecionar a cadeira de Português, fornecida pela Inspetoria Seccional do Ensino Secundário [...]” (Livro de Recortes, 1966-1972, n.p).

A segunda, em 30 de abril de 1967, aparece em ofício nº 15/1967, onde fora enviado “o mapa de atestado de excesso de aula do professor Pe. Francisco das Chagas Pereira Pinto”. A terceira, surge em 15 de setembro de 1970, quando é “[...] contratado para responder, até ulterior deliberação, pelo expediente de Diretor do Estabelecimento de Ensino [...]” (*Ibidem*, n.p). Logo abaixo, apresentamos um

Imagem 7 – Padre Pinto, ao centro, em reunião do clube de mães



Fonte: Acervo do Angicos Viva (1970)¹⁹

Outra importante personagem local mencionada no Livro de Recortes é Maria Belmar Carleial. Natural do Ceará, a Madre Carleial, como era conhecida popularmente, compunha a Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia²⁰; a religiosa foi admitida pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do RN, em 21 de setembro de 1971, para atuar junto ao Curso de Angicos lecionando as cadeiras de “Educação Moral e Cívica, e História” (*Ibidem*, n.p). Entre memórias e álbuns, achamos, nesse nosso investigar, um retrato da personagem, eis aí:

¹⁸ Título dado ao padre que assume as funções paroquiais após a transferência e ordenação de seu antecessor para o episcopado.

¹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/17K6HTwLRx/>. Acesso em 31 Out. 2025.

²⁰ A ordem religiosa chegou a Angicos sob os auspícios da Família Alves, através de Espedito Alves (1924-1983) e da Madre Carmen Alves (1921-2006), que compunha as Irmãs Dorotéias.

Imagem 8 – Madre Carleial e estudantes



Fonte: Acervo pessoal de Lucimar Jales (1969)

A religiosa assumiu, para além das atividades docentes, funções eclesiais que a colocaram em distinta posição na instituição. Madre Carleial, participava das reuniões e encontros com representantes da Comissão de Estudos e Pesquisas Educacionais, onde “[...] a Madre Superiora [falou] da colaboração das Irmãs sobre a educação da fé que estão dando aos alunos” (Livro de Atas Festivas e Reuniões de Professores, 1967-1973, n.p.). A Igreja, e mesmo seus representantes diretos, amalgamaram-se entre as instituições de ensino de Angicos.

4.3 “Sem ordem, não haveria progresso”: lampejos do higienismo e as campanhas profiláticas na instituição

*Minha normalista linda
Ainda sou estudante da vida que eu quero dar
Antônio Carlos Belchior, 1979.*

A Escola, constituiu-se, nas palavras de Lourenço Filho (*apud* Almeida, 2011, p. 290), no “centro cultural do vilarejo, talvez com uma importância maior até que a Paróquia local. A escola é o espaço em que se transmitem e se constroem conhecimentos”, é nela que se disseminam os ideais e se prospectam os indivíduos que comporão as muralhas defensoras da nação.

A medicina social, por sua vez, viu na educação, uma aliada no processo de difusão dos conhecimentos, tornou-se, a instituição escolar, um “instrumento de uma política ampla,

coletiva, contínua e compulsória de resguardo e restabelecimento da saúde da população” (Nunes, 2011, p. 388). O próprio currículo do Curso Normal, inseriu componentes que estavam intimamente ligados a higiene sanitária e do corpo, e até mesmo puericultura, pois, seus objetivos eram de que os normalistas compreendessem “[...] minimamente questões médicas e sociais, uma vez que contribuir somente para a manutenção do corpo seria insuficiente, deveriam trabalhar em prol do desenvolvimento do país” (Souza *et al.*, 2025, p. 2).

Os livros de documentação escolar também apontam para uma série de recomendações, como a mensagem da diretora do curso, professora Lindalva Alves de Andrade, em 1967, que destacou a iminente necessidade da ordem e da disciplina, para que fosse possível obter “progresso total nos ensinamentos do corpo docente, pois *sem ordem não haveria progresso*. Pois aquela geração necessitava de estímulo e uma boa orientação para a vida futura de cada um”. E, complementou afirmando que “cabia aos professores a responsabilidade de formar essa juventude para que tivesse um futuro promissor” (Livro de Atas do Círculo de Pais e Mestres, 1967-1970, n.p.).

Para além disso, profissionais de outras áreas, incluindo a saúde compareciam às reuniões gerais, como é caso registrado a seguir:

Logo após, falou o Dr. José Ubarano que falou [sic] acerca da saúde e como é necessário a mesma na vida estudantil, orientando-os como deviam alimentar seus filhos, mostrando que nem toda alimentação é nutritiva, pois não são possuidoras de vitaminas, proteína, etc” (*Ibidem*, n.p)

O médico, deu continuidade em seu discurso,

pedindo a cada pai sua compreensão no contágio e males destas doenças que podiam causar na vida de cada um, pondo-se a disposição no posto médico, para atender a cada, tantas vezes quantas fossem necessárias ao combate das mesmas, encerrou suas palavras pedindo o comparecimento de todos ao posto local e agradecendo a oportunidade lhe oferecida (*Ibidem*, n.p).

Ancoradas na moralidade e na disciplina, essas orientações encontradas nos documentos indicariam a necessidade do combate ao mau comportamento e a hábitos sociais nocivos à vida coletiva, o que estimula, por sua vez, *a ordem, o progresso e a civilidade* da nação brasileira.

Ainda em 1967, em 20 de junho, mais precisamente, encontra-se registrado no Livro de Ofícios (1963-1969, n.p), que a secretária do Curso, Raimunda Neci Ferreira, enviou “ao

Chefe da Unidade Sanitária de Angicos, o ofício nº 25/67, dizendo que pela manhã o Ginásio está a inteira disposição da campanha profilática do tétano”.

A preocupação do Estado, é detectada, também no Livro de Ofícios (1963-1969, n.p), quando, em 14 de junho de 1968, a secretária escolar afirma ter recebido junto do “[...] ofício, Nº 18/68 da Diretora do CEPE, Maria Anilda de Menezes o programa de Noções de Nutrição e Educação Alimentar para Cursos Normais”. Dois anos mais tarde, em 1970, encontramos no Livro de Atas do Círculo de Pais e Mestres (1967-1970, n.p, *grifo nosso*) a orientação de que:

[...] os professores terão oportunidade de conhecer os pais, suas atitudes, seus valores na vida, suas ambições, seu relacionamento com os filhos. Falou também que a direção exigia mais dos alunos para a *boa ordem* do ginásio, o *seu fardamento completo*, o horário de aula, a disciplina, deveres, o interesse pelo estudo.

O cuidado para a ordem, a inserção e obrigatoriedade do fardamento completo, e em situações especiais, o uso de um traje de gala para as festas cívicas, reforçam esses ideários. Acerca disso, encontramos a fala da diretora Maria da Salette Carvalho, que “[...] pediu a opinião dos pais para saber se eles poderiam fazer a farda de gala para seus filhos (Livro de Atas do Círculo de Pais e Mestres, 1967-1970, n.p). Um dos registros do Desfile, pode ser encontrado à seguir:

Imagem 9 – Normalistas no Desfile Cívico de Angicos



Fonte: Acervo do Angicos Viva (1970)²¹

²¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1BWwRMxLsK/>. Acesso em: 31 Out. 2025.

Ainda nesta ata, encontramos o registro da presença de um “extensionista da Ancar²², [que] ofereceu-se às mães presentes para dar um cursinho sôbre alimentação” (*Ibidem*, n.p). O cuidado com o corpo, com a mente e a moral enfatizado na escola normal, parte de um pressuposto de disseminação dos conhecimentos higiênicos e do sanitarismo, que evidenciava a importância de se multiplicar as normas e os preceitos médico-sociais entre os estudantes (Silva; Souza; Silva, 2024). À medida que os normalistas fossem alcançados, levariam esses preceitos a comunidade e, futuramente, aos seus alunos, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade transformada e sanitarizada.

4.4 “Vejam só que festividades de arromba”: um (re)encontro com a sociabilidade normalista

*Lembro com muita saudade
Aquele bailinho
Onde a gente dançava
Bem agarradinho
Onde a gente ia mesmo
É pra se abraçar
Reginaldo Rossi, 1982.*

Ao investigarmos a sociabilidade normalista, precisamos considerar o fator *sine qua non* da importância do espaço escolar. Essa instituição, segundo Almeida, (2011, p. 290, *grifo nosso*) se metamorfoseia em “teatro, em sala de cinema, quem sabe em *salão de baile*, local de exposição de trabalhos de alunos [...]”. É justamente essa fluidez, que assegura ao espaço escolar, um destaque, uma relevância moral, cultural e social (*Ibidem*, 2011).

Durante o nosso percurso investigativo, especialmente sobre o livro de relatórios, vemos que durante o seu funcionamento, algumas das atividades tidas como “festivas”, resumiram-se essencialmente a datas cívicas como o “Dia da Independência” ou a “Semana da Pátria”, de forma intermitente, outras datas ingressaram no calendário da instituição:

Quadro 04 – Sociabilidade normalista em Angicos

Ano	Festividades
1952	“ <i>Dia da independência</i> e encerramento das aulas” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p, <i>grifo nosso</i>)

²² A Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural, tornou-se a Emater-RN, vinculada à pasta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar em 2019, e segue atuando nos rincões do Estado. Disponível em: <https://www.emater.rn.gov.br/postagem/conheca-a-emater-rn/>. Acesso em: 05 nov. 2025.

1953	“ <i>Dia da independência</i> e encerramento das aulas” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p, <i>grifo nosso</i>).
1954	“ <i>Dia da independência</i> e encerramento das aulas” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p, <i>grifo nosso</i>).
1955	“ <i>Dia da independência</i> e encerramento das aulas” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p, <i>grifo nosso</i>).
1956	“ <i>Semana da Pátria</i> , homenagem ao Mons. Manoel Tavares, pelo seu 20º Aniversário de Ordenação Sacerdotal, encerramento e diplomação da turma” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p, <i>grifo nosso</i>).
1957	“ <i>Semana da Pátria</i> ” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p, <i>grifo nosso</i>).
1958	“ <i>Semana da Pátria</i> e eleição do diretório estudantil” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p, <i>grifo nosso</i>).
1959	“ <i>Semana da Pátria</i> e encerramento e diplomação da turma” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p, <i>grifo nosso</i>).
1960	“ <i>Semana da Pátria</i> e Formatura” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p, <i>grifo nosso</i>).
1961	“ <i>Semana da Pátria</i> ” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p, <i>grifo nosso</i>).
1962	“ <i>Semana da Pátria</i> e Diplomação da Turma” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p, <i>grifo nosso</i>).
1963	“Festa dos Namorados, <i>Semana da Pátria</i> e encerramento do ano letivo” (Livro de Matrículas e Relatórios Anuais, 1952-1963, n.p, <i>grifo nosso</i>).
1964	“Páscoa dos alunos e professores, Festa dos Corações, <i>Semana da Pátria</i> e uma festa no mês de outubro” (Livro de Atas do Período Letivo e Exames, 1962-1972, n.p, <i>grifo nosso</i>) ²³ .
1965	“Páscoa, Noite de Sonho, <i>Semana da Pátria</i> e Cock-Tail” (Livro de Atas do Período Letivo e Exames, 1962-1972, n.p, <i>grifo nosso</i>). ²⁴
1966	“Páscoa, Noite do Turismo, <i>Dia da Pátria</i> , <i>Semana da Normalista</i> , encerramento do ano letivo” (Livro de Atas do Período Letivo e Exames, 1962-1972, n.p, <i>grifo nosso</i>).
1967	“Dia das Mães, Noite do Romantismo, Dia do Folclore, <i>Dia 7 de</i>

²³ Embora o Livro de Assinaturas dos Concluintes (1963-1971) esteja em branco, o Livro de Atas do Período Letivo e Exames (1962-1972), informa que somente Helena Maria Dantas e Maria das Graças Viana foram concluintes. É possível que, como foram as únicas, não tenha ocorrido uma cerimônia de diplomação pomposa, mas somente a entrega formal dos certificados.

²⁴ Em 1965, acha-se registrado, no Livro de Assinaturas (*Ibidem*, n.p) que “não houve concluintes”.

	<i>Setembro, Dia do Normalista, encerramento do ano letivo</i> ” (Livro de Atas do Período Letivo e Exames, 1962-1972, n.p, <i>grifo nosso</i>).
1968	“Dia das Mães, Dia dos Namorados, <i>Dia 7 de setembro</i> , Dia do Normalista e encerramento do ano letivo” (Livro de Atas do Período Letivo e Exames, 1962-1972, n.p, <i>grifo nosso</i>).
1969	“Dia das Mães, Dia dos Namorados, <i>Dia 7 de setembro</i> , Dia do Normalista e encerramento do ano letivo” (Livro de Atas do Período Letivo e Exames, 1962-1972, n.p, <i>grifo nosso</i>).
1970	“ <i>Homenagem a Tiradentes, Dia 7 de Setembro</i> , Semana do Normalista, encerramento do ano letivo” (Livro de Atas do Período Letivo e Exames, 1962-1972, n.p, <i>grifo nosso</i>).

Fonte: Construído pelos pesquisadores (2025)

Os relatórios da programação dessas atividades festivas, encontrados assentados no livro de atas da instituição, revelam o espírito do civismo ecoava pela instituição, atingindo, não apenas os estudantes da escola, mas todas as pessoas que estavam atreladas a ela, conforme pode ser constatado no relatório escrito pela secretária do curso em 1964:

dentre essas [festas] destacam-se a páscoa dos alunos e professôres, a Semana da Pátria, *a qual não poderíamos fugir do nosso tradicional patriotismo; encerrando assim com o desfile de tôdos os alunos dêste estabelecimento* (Livro de Atas do Período Letivo e Exames, 1952-1964, n.p, *grifo nosso*).

Esse patriotismo, quase ufânico, marca a história da Instituição, e se manifesta ao longo do seu funcionamento.

As sociabilidades festivas vivenciadas nas festas realizadas na instituição, movimentavam a comunidade escolar e civil (sociedade angicana - autoridades, familiares e amigos, corpo docente e discente), possibilitando interações formativas diversas que ultrapassaram o domínio didático pedagógico e movimentavam, sobretudo a economia da pacata cidade de Angicos. Dentre essas festividades, podemos elencar a “Noite do Romantismo²⁵”, que teve início às 22h do dia 11 de junho de 1967, em um dos salões do Ginásio Normal de Angicos, com “a apresentação Musical do conjunto THE_VICTOR do Recife”, seguida do desfile da Miss Angicos, Srta. Edna Maria Alves.

Dando continuidade, “[...] às 12h (doze horas) houve a valsa dos namorados para escolha do casal mais elegante da noite, onde foi eleito o casal Canindé Alves, que logo

²⁵ A cada ano, o evento sofreu alterações nominais, chamando-se “Noite do Romantismo”, do “Turismo”, “Sonhos” e muitos outros.

depois a diretoria deste ginásio ofereceu um brinde aos mesmos”. O baile teve continuidade “até às 03h15 horas encerrando a festinha com a presença de muitos convidados” (Livro de Atas Festivas e Reuniões de Professores, 1967-1973, n.p.).

Embora não parta do nosso processo metodológico realizar a análise de discursos, ao longo do nosso processo investigativo, conseguimos contato com duas normalistas do Ginásio, concluintes do ano de 1967, chamadas Maria das Chagas Pereira e Marly Paulino de Medeiros. No diálogo, tomamos conhecimento de mais uma festividade ocorrida especificamente no referido ano, e que não está registrada nos documentos oficiais, chamada “Festa das Flores”.

Imagens 10 e 11 - Desfile e coroação²⁶ da Rainha das Flores



Fonte: Acervo de Maria das Chagas Pereira (1967)

A festividade aconteceu na sede do Grupo Escolar José Rufino, e contava, inicialmente, com o desfile das flores. Nesse ano, fora entoada para apresentação das moças, a canção “Jesus, Alegria dos Homens” de Johann Sebastian Bach. Após, seguiu-se para a escolha da rainha, coroação e valsa, e encerramento da cerimônia. Na ocasião, uma delas, Maria das Chagas, que representava o Lírio, foi escolhida como a Rainha das Flores.

Imagens 12 e 13 - Valsa da Rainha, seguida dos pares da Rainha e Princesa das Flores, respectivamente

²⁶As estudantes, vestidas de cores de pelo menos sete flores - entre as lembradas estão: rosa, papoula, tulipa, lírio - levando consigo a flor que representam, desfilavam pelo espaço. Após eleição, escolhia-se a rainha.



Fonte: Acervo de Maria das Chagas Pereira (1967)

As solenidades de encerramento consistiam na entrega dos diplomas e em pequenas cerimônias de despedida dos concluintes. Alguns desses momentos, são descritos nos documentos do Curso, é o caso do ano de 1967, quando “no dia 13 de dezembro, houve o encerramento do ano letivo, fazendo a leitura das médias e entrega de diplomas aos concluintes, contando com a presença do paraninfo da turma, Prefeito [de Natal] Agnelo Alves, prefeito de Angicos e demais autoridades [...]” (Livro de Atas do Período Letivo e Exames, 1962-1971, n.p).

Imagem 14 – Diplomação e encerramento do ano letivo, com destaque para Agnelo Alves, à esquerda



Em 1969, trazemos destaque ao registrado no Livro de Atas Festivas e Reuniões de Professores (1967-1973), que consta o planejamento da Semana da Normalista, mais um dos momentos em que, o Curso, atuava em parceria com o Grupo Escolar Francisco Veras²⁷. Acha-se escrito que: “aos 3 dias de mês de outubro de 1969, as 10h na secretaria do Ginásio Normal, reuniu-se a Diretora e seu corpo docente, para fazerem o planejamento da Semana da Normalista [...]”, onde foi definido a seguinte programação:

Dia 11 - Abertura: falou com a diretora do grupo para iniciar com as crianças.

Dia 12 - Passeio das Alunas do G. Normal a Pirangi.

Dia 13 - Aula de recreação: as normalistas dando aula de demonstração com as crianças. Palestra pela diretora [Lindalva Alves de Andrade], explicando o que foi dado no Curso.

Dia 14 - Levantamento de gráfico pela profa. Gilcia e as alunas.

Dia 15 - Encerramento com exposição e com o dia do professor (Livro de Atas Festivas e Reuniões de Professores, 1967 - 1973, n.p).

No ano seguinte, em 21 de abril, a programação de destaque se refere a uma homenagem a Tiradentes e a Fundação de Brasília, que contou com:

1. Hasteamento da Bandeira.
2. Inauguração da Bandeira em uma sala de aula pelo Tenente Edimival.
3. Palestra sobre Tiradentes feita pelo professor Severino dos Ramos Martins.
4. Palestra sobre a fundação de Brasília feita pelo Agrônomo da Ancar RN. Dr. Fernando Viana Nóbrega.
5. Número solado por um grupo de alunos.
6. Representação de Calistenia por um grupo de alunos.
7. Outro número tocado pelo mesmo grupo.
8. Partida de *ping-pong* pelos alunos.
9. Último número solado.
10. Partida de Voleibol.

No desenrolar da Palestra da Bandeira, o tenente deixou tudo esclarecido no que diz respeito a Bandeira Nacional, despertando nos alunos o sentimento de amor a pátria, respeito e gratidão (Livro de Atas Festivas e Reuniões de Professores, 1967 - 1973, n.p).

²⁷ O Grupo Escolar Francisco Veras, em parceria com o Curso Normal, recebia os estudantes normalistas para realização de “observações e práticas [do alunato] deste estabelecimento” (Livro de Ofícios, 1963 - 1969, n.p).

As atividades festivas, marcaram a existência do curso em Angicos e de seus estudantes. Foi no convívio com os seus pares, que se construíram relações amistosas, fraternas, muitas delas que perpassa o espaço-tempo, e as décadas de sua origem.

5 DIÁLOGOS FINAIS QUE RECOMEÇAM...

Ao longo do processo historiográfico sobre o Curso Normal de Angicos e a sua existência, pudemos observar reminiscências de uma instituição pautada na perspectiva de avanço da educação e combate ao analfabetismo na região, através de turmas mistas onde, no tempo prescrito, diplomar-se-iam os estudantes. Esse processo formativo, se dava sob os auspícios da Comissão de Estudos e Pesquisas Educacionais, que, realizava periódicas visitas ao estabelecimento de ensino, e através de ofícios e telegramas, convocava os profissionais para formações e reuniões em Natal, o que testifica a circularização de ideias pedagógicas.

Apesar disso, ecoa pela documentação institucional, a ausência de uma política de continuidade e de permanência de estudantes, uma vez que muitos normalistas desistiam do curso. Alguns docentes, por motivos diversos, dentre os quais elencamos: mudanças de cidade, ausência de espaço que recebesse docentes externos, *déficit* no material de suporte pedagógico e mesmo problemas de ordem salarial, acabavam desistindo da atuação, o que pode ser um dos elementos catalisadores para o declínio da instituição nos últimos anos de seu funcionamento.

Em contrapartida, durante o seu funcionamento, a instituição foi espaço de referência para a cidade e para a região, onde, através do zelo à formação docente, o Curso forjou para o Sertão Central Potiguar, pessoal apto para o trabalho com as crianças. A religiosidade cristã católica é marcada durante o período das atividades através da assunção de pessoas ligadas a Igreja de Roma para componentes curriculares ligados às questões sobre moral, ética, cívica e cidadania.

Sendo um espaço “civilizatório”, o Curso Normal foi utilizado pelo Estado como local de ampla propagação dos ideais higienistas, através de componentes curriculares que trabalhavam questões sanitárias, de saúde dos estudantes e da mulher. O estabelecimento, congregou, junto a Unidade Sanitária local, campanhas profiláticas, dentre as quais, citamos a do tétano que aparece junto ao Livro de Ofícios (1963-1969).

A sociabilidade, certamente marcou o espaço, onde construída em colaboração com os estudantes e com a própria comunidade civil, aconteciam festividades com temáticas diversas e que movimentavam a cidade. A partir desse diálogo sócio-cultural, muitas das relações que

ainda hoje existem foram constituídas, e dessa amalgama, o confluir de informações sobre muitas memórias do Curso.

Decerto, nesse nosso historiografar sobre a formação docente e o Curso Normal de Angicos, ainda temos muitos questionamentos e inquietações, por isso, decidimos manter a ideia de um diálogo final que recomeça, ao indicar a iminente necessidade de continuidade no processo investigativo sobre o estabelecimento de ensino. Nossos dados, por serem documentos oficiais, apresentam uma versão da narrativa, que pode ser complementada pela oralidade e pela memória.

Compreendemos, portanto, que esse espaço de formação contribuiu amplamente para a disseminação de ideias, de concepções pedagógicas e para o próprio forjar docente de outras gerações. Esse fluir normativo, ecoou a esperança em tempos melhores, onde a sociedade se tornaria sanitizada, moral e nacionalista, portanto, é dessa mistura que se constituiu a identidade do Ensino Normal de Angicos.

REFERÊNCIAS

LIVROS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: ____ **História e Memória**. Editora da Unicamp, Campinas, 1990. p. 462-553.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström; LOURENÇO FILHO, Ruy. **A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação**. INEP/MEC, 2001.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

NASCIMENTO, Francinaide de Lima Silva, **A escola normal de Natal: Rio Grande do Norte, 1908-1971**. 1. ed. Natal: IFRN, 2018. Disponível em: [https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1665/A%20escola%20normal%20de%20Natal%20-%20E-Book%20\(1\).pdf?sequence=8](https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1665/A%20escola%20normal%20de%20Natal%20-%20E-Book%20(1).pdf?sequence=8). Acesso em: 06 set. 2025.

PRADO, Douglas Silva. **Escolas normais no Brasil do período imperial (1835-1889): criação e implantação, instalações estruturais, público e critérios de ingresso, currículos e a presença feminina**. 1. ed. Curitiba: IFPR, 2024. Disponível em: <https://editora.ifpr.edu.br/index.php/aeditora/catalog/view/144/58/606>. Acesso em: 06 set. 2025.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 21. Ed. Campinas, SP. Autores Associados: HISTED, 2010.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Saúde Mental no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Tradução de Maria Luiza Jardim Amarante. 4. Ed. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, João Batista dos; MELO, Evaneide Maria de. **Estrada de ferro central do Rio Grande do Norte em Taipu-RN: transformações espaciais e memória**. 1. ed. Natal: Editora do IFRN, 2016. Disponível em: <https://share.google/LtsL1eLO6Ypw3Bvz3>. Acesso em: 14 set. 2025.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, 1890-1910**. Unesp, 1998.

CAPÍTULOS DE LIVROS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A educação rural como processo civilizador. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Século XX. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. *In*: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi. **História das Mulheres no Brasil**. 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MÜLLER, Angélica. Não se nasce viril, torna-se: juventude e virilidade nos “anos 1968”. *In*: DEL PRIORE, Mary; AMARANTINO, Marcia. **História dos homens no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013

NUNES, Clarice. (Des)encantos da modernidade pedagógica. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 371-398.

SCOTT, Ana Sílvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

RIBEIRO, Luiz Carlos. A sociabilidade na narrativa histórica. *In*: DORÉ, Andréa; RIBEIRO, Luiz Carlos (Ed.). **O que é sociabilidade?** Intermeios Casa de Artes e Livros, 2019. Disponível em: <https://l1nq.com/m5QyB>. Acesso em: 09 jul. 2025.

TESES E DISSERTAÇÕES

PEREIRA, Ana Vilma de Medeiros. **Marco de um tempo**: a Escola Normal Regional de Caicó RN (1954-1962). Orientadora: Profa. Dra. Maria Antônia Teixeira da Costa. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2018. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.uern.br/controladepagina/s/poseduc-dissertacoes-2016/arquivos/4501ana_vilma_de_medeiros_pereira.pdf. Acesso em 06 set. 2025.

VIEIRA, Daniela Fonsêca. **As mudanças da educação do RN nos idos de 1950 e 1960** :a prática de Lia Campo. 2005. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

PERIÓDICOS

ARAÚJO, Marta Maria. Lei 2.639, de 28 de janeiro de 1960. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 56, n. 48, 2018. DOI: 10.21680/1981-1802.2018v56n48ID15185. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/15185>. Acesso em: 7 set. 2025.

BARROS, Hernani Timóteo de. A Alfabetização nos diferentes municípios do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 301-306, jul./ago., 1946. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1042/781>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernández; PUENTES, Roberto Valdés. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 11, n. 42, p. 94-112, 2011.

GATTI JÚNIOR, Décio. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 28, n. 14, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4469>. Acesso em: 2 jul. 2025.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; SILVA, Maria da Conceição Farias. Curso Normal Regional em Assú / Rio Grande do Norte (1950). **Educação em Questão**, Natal, v. 40, n. 26, p. 220-246, jan./jun. 2011.

SANFELICE, José Luís. História e historiografia de instituições escolares. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 35, p. 183-200, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i35.8639622. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639622>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SAVIANI, Dermeval. INSTITUIÇÕES ESCOLARES: CONCEITO, HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PRÁTICAS. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 4, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382>. Acesso em: 2 jul. 2025.

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista brasileira de educação**, v. 14, p. 143-155, 2009. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ANAIS DE EVENTOS

SILVA, Juliana da Rocha e; SOUZA, João Victor da Silva; SILVA, Alderir Anselmo da. O **DISCURSO DE HIGIENE PRESENTE NO CURSO NORMAL REGIONAL DE ANGICOS/RN (1951-1971)**. In: Anais da XVII Jornada do HISTEDBR - Desafios históricos para o Plano Nacional de Educação: como avançar na formação histórico-crítica na educação brasileira?. Anais...Fortaleza (CE) Universidade Federal do Ceará (UFC)/Faculdade de Educação (FACED), 2024. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/xvii-jornada-do-histedbr/991958-O-DISCURSO-DE-HIGIENE-PRESENTE-NO-CURSO-NORMAL-REGIONAL-DE-ANGICOSRN-\(1951-1971\)](https://www.even3.com.br/anais/xvii-jornada-do-histedbr/991958-O-DISCURSO-DE-HIGIENE-PRESENTE-NO-CURSO-NORMAL-REGIONAL-DE-ANGICOSRN-(1951-1971)). Acesso em: 04/11/2025

SOUZA, João Victor da Silva, *et al.*. **O DISCURSO HIGIENISTA E O CURSO NORMAL REGIONAL DE ANGICOS (1967)**. In: Anais do XV Fórum Internacional de Pedagogia (XV FIPED). Anais...Serra Talhada(PE) AESET, 2025. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/xv-forum-internacional-de-pedagogia-xv-fiped-502395/1109113-O-DISCURSO-HIGIENISTA-E-O-CURSO-NORMAL-REGIONAL-DE-ANGICOS-\(1967\)](https://www.even3.com.br/anais/xv-forum-internacional-de-pedagogia-xv-fiped-502395/1109113-O-DISCURSO-HIGIENISTA-E-O-CURSO-NORMAL-REGIONAL-DE-ANGICOS-(1967)). Acesso em: 26/10/2025

LEIS E DECRETOS

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Normal**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 set. 2025.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº. 671 de 5 de agosto de 1873. Cria no Atheneu Rio-Grandense uma escola normal de Instrução Primária. In: BASTOS, Eva Cristini Arruda Câmara. *et al.* (Org.). **Coleção Documentos da Educação Brasileira**. Brasília: Instituto Nacional e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

_____. **Lei nº. 249 de 22 de novembro de 1907**. Autoriza o governo a reformar a Instrução Pública. Actos Legislativos e Decretos do Governo. Tipografia da República, 1909.

_____. **Decreto nº 258, de 11 de dezembro de 1911**. Cria na Vila de Angicos um Grupo Escolar, denominado “José Rufino”. Lex: Actos Legislativos e Decretos do Governo (1911). Natal: Typographia d’A República, 1912. P. 87.

_____. **Decreto-Lei nº. 684, de 11 de fevereiro de 1947**. Adapta o ensino normal do Estado à legislação federal. Atos legislativos e decretos do governo. Natal: Departamento de Imprensa, 1947.

_____. **Decreto-Lei nº 204, de 7 de dezembro de 1949**. Cria o curso normal regional junto às escolas Normais de Natal e Mossoró e dá outras providências. Atos legislativos e decretos do governo. Natal: Departamento de Imprensa, 1949.

_____. **Lei nº 621, de 06 de dezembro de 1951**. Cria os cursos de regentes do Ensino Primário e dá outras providências. Atos legislativos e decretos do governo. Natal: Departamento de Imprensa, 1952.

_____. **Mensagem Anual apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador Sylvio Pedroza**. Natal: Imprensa Oficial, 1952.

_____. **Livro de Assinatura dos Concluintes**, Angicos, 1963-1971.

_____. **Livro de Atas do Círculo de Pais e Mestres**, Angicos, 1967-1970.

_____. **Livro de Atas do Grêmio e Centro Cívico**, Angicos, 1966-1983.

_____. **Livro de Atas do Período Letivo e Exames**, Angicos 1962-1972.

_____. **Livro de Atas Festivas e Reuniões de Professores**, Angicos, 1967-1973.

_____. **Livro de Caixa**, Angicos, 1964-1967.

_____. **Livro de Empréstimo de Material**, Angicos, 1966-1967.

_____. **Livro de Inventário e Despesas**, Angicos, 1963-1971.

- _____. **Livro de Matrículas e Relatórios Anuais**, Angicos, 1952-1963.
- _____. **Livro de Matrículas**, Angicos, 1964-1970.
- _____. **Livro de Ofícios**, Angicos, 1963-1969.
- _____. **Livro de Pontos**, Angicos, 1961-1962.
- _____. **Livro de Pontos**, Angicos, 1963-1967.
- _____. **Livro de Pontos**, Angicos, 1967-1969.
- _____. **Livro de Recortes do Ginásio Normal Rural**, Angicos, 1966-1972.
- _____. **Livro de Visitas Oficiais**, Angicos, 1966-1970.

SITES E DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

ANGICOS VIVA. Foto do final da década de 1950 ou começo da década de 1960, provavelmente tirada por Rilín. Identificadas: Terezinha Alves, Iranete Balbino [Foto]. Publicado em: 12 maio 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1101719021998289&set=a.400674058769459>. Acesso em: 12 nov. 2025.

_____. A Igreja Católica na época da reforma, quando foi tirada uma de suas torres. Junto dela, a carnaubeira secular, muito querida pelos habitantes ... [Foto]. Publicado em: 14 fev. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1821032998162564&set=pcb.1821033024829228>. Acesso em: 12 nov. 2025.

_____. O bispo Dom Manuel Tavares. Publicado em: 28 fev. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/angicosviva/posts/pfbid02Sq35nrX7bQN9tNCTiniXsn2S9PPFrf4xk7aeDtRjzfiJHh8MKKuQC9s2Qpv43x9NI?rddid=v8ruqbEV3ball1jN#>. Acesso em: 12 nov. 2025.

_____. Clube de mães em Angicos-RN. Publicado em: 20 out. 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/17K6HTwLRx/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

_____. Desfile de sete de setembro, anos 1970 [Foto]. Publicado em: 29 set. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1BWwRMxLsK/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

CALDEIRA, Eny. Formação do magistério primário: relato de uma experiência. Brasília: Arquivo Histórico do INEP, Coleção C.B.P.E., s.a. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/2/a/f/2afc6917d74adec0307e1af12025e065ebac802600dd28e34cbfa10a9f3bfa91/CODI-UNIPER_m0329p02_FormacaoDoMagisterioPrimarioRelatoDeUmaExperiencia_.pdf Acesso em: 07 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. **Relatório do Departamento de Educação do Rio Grande do Norte**, 1945 - 1948 - Arquivo Histórico do Inep. Disponível em:

<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/codi-uniper-m0053p01-relatorio-do-departament-o-de-educacao-do-rio-grande-do-norte-1945-1948>. Acesso em: 5 jun. 2025.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – Emater-RN. **Conheça a Emater-RN**. Disponível em: <https://www.emater.rn.gov.br/postagem/conheca-a-emater-rn/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

Gaudium et spes. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_1965_1207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 28 set. 2025.

SANTOS, João Batista. **Irmãs do ICM**. Crônicas Taipuenses, 2023. Disponível em: <https://cronicastaipuenses.blogspot.com/p/irmas-do-imaculado-coracao-de-maria.html>. Acesso em: 26 set. 2025.

ANEXOS

Anexos A e B - Dona Teresinha de Jesus de Souza e Dona Tergineth da Rocha Bezerra



Acervo dos pesquisadores (2025)

Anexos C e D - Dona Teresinha de Jesus Costa e Dona Inês Magna da Costa



Acervo dos Pesquisadores (2025)

Anexo E - Dona Maria Yêda Martins



Acervo dos Pesquisadores (2025)

Anexo F - Desfile cívico



Acervo de Marly Paulino de Medeiros (196?)

Anexo G - Celebração da Proclamação da República



Acervo de Marly Paulino de Medeiros (196?)

Anexo H - Encerramento do ano letivo



Acervo de Marly Paulino de Medeiros (196?)

Anexo I - Placa de Concluintes (Primeira Turma - 1955)



Acervo dos pesquisadores (2025)

Anexo J - Placa de Concluintes (Segunda Turma - 1956)



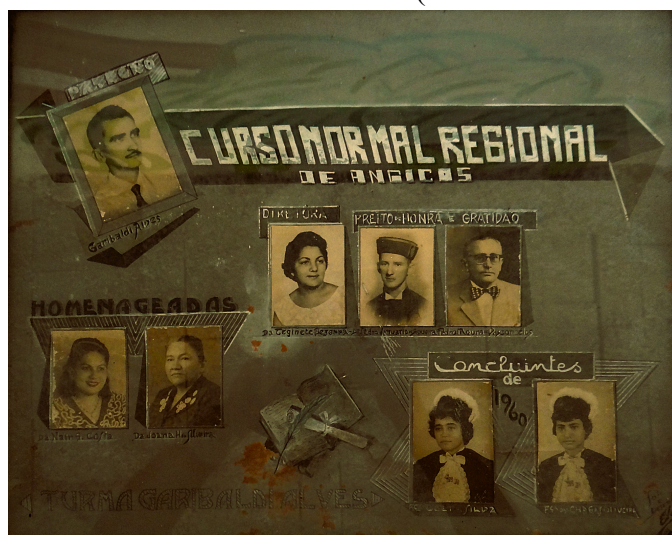
Acervo dos pesquisadores (2025)

Anexo K - Placa de Concluintes (Quinta Turma - 1959)



Acervo dos pesquisadores (2025)

Anexo L - Placa de Concluintes (Sexta Turma - 1960)



Acervo dos pesquisadores (2025)